

CEDI - P. I. B.
DATA 11 : 12 : 92
COD. KPD 00016

Após ter encaminhado inúmeras denúncias às autoridades de Cruzeiro do Sul, sem obter resultados, os Ashaninka resolveram sair do rio Amônia e ir a Brasília. A decisão de ir Brasília foi motivada pela total omissão da Funai, que, na prática, inexistente no Acre, frente à grave situação de conflito entre índios e posseiros brancos que se arrasta há mais de dez anos na Área Indígena do rio Amônia, interdita em 1985 pela Funai. Tal conflito é marcado principalmente pela disputa dos recursos naturais disponíveis dentro dos limites da área, particularmente a madeira e a caça. A ação predatória dos posseiros vem desafiando as decisões dos Ashaninka no sentido de preservar a mata, re-utilizando áreas anteriormente cultivadas, evitando novas derrubadas de mata, assim como de proteger a fauna, não caçando animais que estão desaparecendo da região. Realizando grandes derrubadas de mata virgem para o plantio de roçados visando produção de excedente para comercialização e caçando com cachorros, abatendo caças grandes tais como anta e veado que são vendidas na Vila Taumaturgo (povoado mais próximo), os posseiros têm motivado o acirramento de um conflito antigo.

Para os Ashaninka, a ida a Brasília para denunciar a devastação e exploração indiscriminada dos recursos de suas terras, constituiu a última tentativa de solução através das autoridades competentes. Cansados do repertório caduco de promessas e justificativas da Funai, cuja ação restringe-se quando muito à uma visita anual, assim como da ação repressiva da Polícia Federal, os Ashaninka aguardam no rio Amônia a resposta da Funai de Brasília que será levada pelos seus representantes.

Em Brasília, os Ashaninka estiveram na Funai, no Ibama, na Secretaria do Meio Ambiente e na Procuradoria Geral da República, entregando um documento que reúne as denúncias já encaminhadas às autoridades e relatando mais uma vez a situação de conflito vigente na Área Indígena do rio Amônia, enfatizando a

premência de providências.

Na Procuradoria Geral da República, o Procurador Dr. Oswaldo José Barbosa Silva registrou os depoimentos dos Ashaninka abriu Inquérito Civil para apurar a invasão das terras, exploração de madeira eo envolvimento de alguns posseiros da área do rio Amônia com o tráfico de cocaína. Os Ashaninka relataram em seus depoimentos sua preocupação com esta questão, em virtude de alguns posseiros utilizarem a área indígena para o plantio dos roçados de coca; os Ashaninka temem que tais roçados sejam creditados a eles, pois acusações nesse sentido são comuns por parte dos posseiros, em decorrência do uso tradicional que fazem da folha de coca.

O temor dos Ashaninka é justificado, uma vez que a Polícia Federal quando vai até a área, reprime os índios, arrancando uns parques pés de coca plantados perto das casas, que eles utilizam para mascar. Em julho de 1990, uma equipe formada pela Polícia Federal, Exército e Funai, visitou a Área Ashaninka do rio Amônia para apurar denúncias relativas à invasão de madeireiros e exploração ilegal de madeira, encaminhadas pelos índios, ocasião em que proibiu terminantemente a realização de reuniões, defendendo os interesses dos posseiros; nessa mesma ocasião os posseiros denunciaram o que eles pensavam ser um roçado de coca dos Ashaninka, o que na realidade era um plantio coletivo, pertencente a três xamãs, cerca de trinta pés. A Polícia Federal arrancou os trinta pés, e disse na imprensa de Rio Branco que havia arrancado cento e cinquenta mil pés. A preocupação dos Ashaninka têm origem nas acusações e calúnias levantadas pelos posseiros e madeireiros e corroboradas pela Polícia Federal. Desmoralizados frente a população regional e expostos à toda sorte de riscos, os Ashaninka vieram a Brasília para falar de uma situação permeada de dificuldades, mostrando todas as suas facetas, e para tanto consideraram importante não omitir fatos. Enquanto os Ashaninka estavam preocupados em dar uma idéia real da situação como um todo, a imprensa optou por privilegiar uma faceta: o tráfico de cocaína. Em busca de um mote para sua ficção

sensacionalista, deturpou os fatos, veiculou irresponsavelmente informações incorretas e acusações falsas, pondo em risco as vidas de Antônio Pianko e Moisés Pianko, respectivamente chefe e representante dos Ashaninka do rio Amônia. Os Ashaninka não se dariam ao trabalho de viajar a Brasília para denunciar traficantes, pois para eles a ação predatória dos posseiros dentro da área constitui a preocupação maior e isso foi muito enfatizado em todas as reuniões que tiveram. É nesse sentido, que se espera que a Funai e o Ibama se mobilizem, organizando uma ação conjunta, de forma a encaminhar uma solução. Comprometeram-se em enviar uma equipe, dentro dos próximos quinze dias, a fim de realizar a notificação dos posseiros, estabelecendo um prazo para a desocupação da área; técnicos do Ibama procederão o levantamento da madeira desvitalizada, cortada pelos posseiros, visando seu aproveitamento, revertendo os recursos para a comunidade.

A Procuradoria Geral da República enviará um representante à área dos Ashaninka, acompanhado pela Polícia Federal e pela Funai; além disso, a demarcação imediata da Área Ashaninka (Kampa) do rio Amônia será solicitada à Funai.

Tendo em vista a seriedade do conflito entre índios e brancos no rio Amônia, marcado por intrigas, acusações e ameaças de morte, sabe-se que com as notícias veiculadas pela imprensa, a situação pode se complicar. Espera-se que a Funai não falhe mais uma vez, deixando o ônus de sua omissão para os Ashaninka.

*ponto 191*

*Margarida Helena Costa*